

Mídias colaborativas e produção de subjetividade¹

Carlos Roberto Calenti Trindade²

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo

O artigo propõe discutir a relação entre as mídias colaborativas, usando como principal exemplo o site brasileiro Overmundo, e a produção de subjetividade. Acreditamos que o trabalho cooperativo que caracteriza esses meios, e o exercício de poder distribuídos que encontramos neles, sejam fundamentais para entendermos como são os processos de subjetivação atuais e as formas de luta que eles trazem consigo.

Palavras-chave

Produção de subjetividade, mídias colaborativas, poder, overmundo,

Corpo do artigo

Esse artigo se voltará para a relação entre os processos de subjetivação contemporâneos e as mídias colaborativas. Nos perguntamos como as mídias colaborativas participam da produção de subjetividade atualmente. Acreditamos que refletir sobre essa relação seja importante para entendermos como se dão os processos de resistência contemporâneos. Primeiramente nos voltaremos para as idéias dos autores que estudaram a produção de subjetividade da forma como acreditamos ser mais importante para nossa pesquisa, autores esses como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Antonio Negri. Depois nos deteremos na conceituação e discussão sobre mídias colaborativas, nos usando das idéias de Michael Bauwens, e exemplificando através do site brasileiro Overmundo. Por fim, concluiremos o artigo relacionando esses novos meios e a produção de subjetividade.

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Foucault se voltou para o estudo das subjetividades no final de sua vida, a partir das duas últimas partes da História da Sexualidade. Já tendo estudado os estratos do saber, e as

¹ Artigo científico apresentado ao eixo temático “Entretenimento, práticas socioculturais e subjetividade”, do III Simpósio Nacional da ABCiber.

² Mestrando da linha de Tecnologias e Estéticas da Comunicação, na ECO/UFRJ, com pesquisa sobre relações de poder e produção de subjetividade no site brasileiro Overmundo. E-mail: carloscalenti@yahoo.com.br

estratégias do poder, pareceu-lhe que para conseguir fazer uma história da sexualidade como gostaria, que a encarasse sob o prisma da experiência –“tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’” (FOUCAULT, 1985a, p. 10) –, se fez necessária a reflexão sobre como o indivíduo se relaciona consigo mesmo e se constitui como sujeito. Para tanto, Foucault voltou à Grécia Antiga e ao período helenístico e para as formas com que os homens destas épocas se relacionavam consigo mesmos para reconhecerem-se como sujeitos do desejo. Assim, o autor se voltou para as áreas e formas de problematização da sexualidade, em que o comportamento sexual se tornou “objeto de cuidado, elemento para reflexão, material para estilização” (idem, p. 25).

Por tratar de questões que envolviam o estudo de uma moral, Foucault se deteu sobre as diferentes concepções para a palavra: aquela que designa um conjunto de regras, um código de conduta, nem sempre sistematizado mas coerente; e aquela moral que se traduz num comportamento individual que se sujeita ou não à determinadas regras e valores. Para essa última acepção, que se pode chamar de “comportamento moral” (idem, p.27), e que trata de fato da maneira como o indivíduo constitui a si mesmo como sujeito moral, são possíveis diversos modos de sujeição (ou não sujeição). Existem inúmeras formas, motivos, intensidades de prática cotidiana dos preceitos morais, que visam diferentes fins. Diversas maneiras de se agir sobre si mesmo, de se transformar para se colocar em relação ao código constituído: “o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo” (idem, p. 28). Nesse sentido, existem sociedades em que a moral a qual é dada mais importância é a do código, e outras em que a constituição do sujeito moral adquire mais relevância. As sociedades gregas e helenísticas fazem parte desse último grupo, e é sobre elas que Foucault se voltará.

Na Grécia antiga não havia uma noção como a nossa de sexualidade. Havia o que se chamava de *aphrodisia*, que em contrapartida também não encontra tradução exata na nossa língua. “Os *aphrodisia* são atos, gestos, contatos que proporcionam uma certa forma de prazer”, define Foucault (1985a, p. 39). Mas ele sublinha que nem entre os gregos havia uma definição inequívoca do que seria, assim como não havia um lista do que é anormal e incorreto nesse campo, como se faria posteriormente. Mas, mesmo que essa experiência não fosse considerada má em si, ela era objeto de um cuidado moral que se voltava para a sua força, sua energia, “que é por si mesma levada ao excesso” (idem, p. 48). A preocupação,

então, era de dominar, controlar essa força que, se não conduzida, tende naturalmente à intemperança. É uma questão de bom uso dessa energia. Os esforços são de elaborar um uso dos prazeres (*chresis aphrodision*), “a maneira pela qual o indivíduo dirige a sua atividade sexual, sua maneira de se conduzir nessa ordem das coisas” (idem, p. 51) Nesse sentido, a temperança é uma arte e um sinal de distinção. O domínio sobre si mesmo necessário para essa temperança é o que caracteriza a *enkrateia*. A *enkrateia* se coloca no eixo da luta, da resistência, do combate. É um combate constante contra os vícios, o exagero. Uma luta se si consigo, que não requer um abandono completo dos prazeres, e sim um domínio constante sobre eles. Governa-se a si mesmo como se governa uma cidade, e para isso há a necessidade da prática de exercícios, de uma *askesis*. De fato, para os gregos, antes de qualquer tipo de atividade pública, antes de dominar os outros, a sua própria casa, a sua cidade, é preciso dominar-se. Assim, os exercícios para ambas as atividades, para o domínio de si e dos outros, não se diferenciam.

E então, através da *enkrateia*, do domínio de si, pode-se chegar ao estado da *sophrosune*, uma sabedoria e uma liberdade, só adquiridas através do amplo controle sobre si mesmo. Só quando se alcança a *sophrosune* se está apto ao bom governo, além de si, da cidade. A *sophrosune* tem uma relação direta com a virilidade (é importante lembrar que na Grécia Antiga a política era um exercício dos homens livres apenas) e com a verdade. Para os gregos “não se pode praticar a temperança sem uma forma de saber que constitui pelo menos uma de suas condições essenciais” (idem, p. 80). São três os tipos de *logos* que se relacionam com a prática da *aphrodisia* na filosofia grega: o *logos* como soberania sobre os desejos através do uso da razão; um *logos* instrumental, uma razão prática que determine o que, como e quando se deve (segundo uma expressão de Aristóteles); e por fim um *logos* caracterizado pelo conhecimento de si por si mesmo, um reconhecimento ontológico. Sendo que esse último *logos* não deve ser identificado com uma hermenêutica do desejo, mas como uma condição para o exercício de uma vida temperante. Uma relação com a verdade que se abre para uma estética da existência. Uma estilização da vida e não uma codificação dos atos.

Deve-se entender com isso uma maneira de viver cujo valor moral não está em conformidade a um código de comportamento nem em um trabalho de purificação, mas depende de certas formas, ou melhor, certos princípios formais gerais no uso dos prazeres, na distribuição que deles se faz, nos limites que se observa, na hierarquia que se respeita. Pelo *logos*, pela razão e pela relação com o verdadeiro que a governa, uma tal vida inscreve-se na manutenção ou reprodução de uma ordem ontológica, e, por outro lado, recebe o brilho de uma beleza manifesta aos olhos daqueles que podem contemplá-la ou guardá-la na memória. (idem, p. 82)

Foucault encontra, no período helenístico, um estreitamento das problematizações morais que cercavam a *aphrodisia*. Mas isso não quer dizer que essa maior austeridade sexual seja definida por um código moral mais rígido; e sim pela intensificação dessa relação consigo mesmo que já existia desde a Grécia Antiga. Para o autor, foi no período helenístico e romano que tais formas de subjetivação, de constituição de si, alcançaram a maior intensidade, formando o que ele chama de uma “cultura de si” (1985b, p. 49). Essa cultura de si se caracteriza por uma arte da existência que pressupõe ter cuidados consigo. Esse preceito do cuidado de si desenvolveu formas de agir, maneiras de viver, procedimentos e receitas, e “constituiu assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições” (idem, p. 50). Tal cultura demandava um cuidado constante consigo mesmo, que nunca seria muito cedo para que se pudesse começar nem muito tarde para que se desse por satisfeito, é preciso estar sempre se formando, transformando-se, ocupando-se de si mesmo; “(...) transformar a existência numa espécie de exercício permanente” (idem, p. 54), nunca parar. E essa aplicação a si mesmo requer a dedicação de um tempo repleto de exercícios, de cuidados com o corpo e a saúde, de leituras e meditações, anotações, conversas com confidentes, correspondência com seus pares, enfim, de toda uma atividade dedicada a si mesmo, mas que não é solitária (pelo menos não apenas), mas social, inclui uma série de relações com outros indivíduos, num jogo de obrigações recíprocas, e que às vezes é até institucionalizada (através, por exemplo, do ensino).

“Nessa prática, ao mesmo tempo pessoal e social, o conhecimento de si ocupa evidentemente um lugar considerável”, diz Foucault (idem, p. 63), e para atingir esse conhecimento são desenvolvidos diversas receitas e exercícios codificados: procedimentos de provação – que consistiam em exercícios de abstinência com intuito de “se confirmar a independência de que se é capaz a respeito de tudo aquilo que não é indispensável e essencial” (idem, p. 64); exames de consciência – pensando, de manhã, sobre as tarefas do dia porvir, e à noite rememorando o que aconteceu durante o dia, para se poder pensar e retificar o que se fez de errado, corrigir a conduta e etc.; e um trabalho do pensamento sobre ele mesmo – uma espécie de filtragem das representações que por ventura podem ocorrer à mente, para se poder escolher direcionar o desejo apenas para as coisas a que se pode controlar, e esquecer aquelas sobre as quais não detemos nenhum domínio. De qualquer forma, nenhum desses exercícios, sejam eles de exame de consciência ou do trabalho do pensamento sobre si, são voltados para uma hermenêutica do desejo, uma pesquisa incessante

sobre as motivações mais obscuras dos nossos desejos que explicariam o que somos e como agimos, são sim práticas de escolha, de ajustamento das ações, uma estilização da forma como se vive. E esses exercícios têm como objetivo de uma conversão a si. A conversão a si, diferentemente do cuidado consigo, requer uma trajetória, um deslocamento e um retorno do sujeito sobre si. O si é então um fim a se alcançar, pertencer a si mesmo é o intuito que percorre essas técnicas e esse conhecimento. E assim alcançar a serenidade.

É importante ressaltar que nesse conhecimento de si não há exclusão dos conhecimentos do mundo. De fato, para os filósofos helenistas, não há separação entre esses dois conhecimentos – o dos homens e o da natureza. Porque é partir do conhecimento do mundo que enxergamos melhor nossa real dimensão, podemos ver (a partir do alto, como diz Sêneca) a nossa existência pontual e todos os prazeres, vícios, luxos, que não precisamos para sermos livres e serenos (FOUCAULT, 2004, p. 337). Podemos então falar de um retorno a si, de uma constituição de si mesmo através de uma série de saberes e de exercícios, e em relação a determinados códigos, que passa por uma relação com o mundo e com os outros.

Sobre essa produção ética de si mesmo e sua relação com a política, Foucault diz:

Se considerarmos a questão do poder, do poder político, situando-a na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas tem de móvel, transformável, reversível – então a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito do sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. (...) Isso significa, muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhes propor, devemos considerar que relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, ao meu ver, articular a questão da política e a questão da ética. (2004, p. 306-307)

Para Deleuze (1988), Foucault se sentiu preso nas suas reflexões sobre as relações de poder, a partir do primeiro volume da História da Sexualidade: A Vontade do Saber. Mas ao mesmo tempo, através de seu pensamento, Foucault já havia deixado claro que não há poder sem pontos de resistência, “e que o poder, ao tomar como objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder” (DELEUZE, 1988, p. 101). Foi, então, após um hiato entre o primeiro e o segundo volume da História da Sexualidade, que em O Uso dos Prazeres, Foucault apresenta um terceiro eixo do seu pensamento: além do saber e do poder, o eixo da produção de subjetividade. Subjetividade que, nesse caso, não é uma questão de interioridade – pois ela não é autônoma aos saberes e aos poderes. Para Deleuze se trata de dobrar as linhas

do lado de Fora, do poder e do saber, para criar um forro, que é a relação de si consigo. “É como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem, para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e se desenvolve segundo uma dimensão própria” (idem, p. 107). Essa dobra constitui uma subjetividade independente, mas que também se reintegrará às relações das quais se derivou. De qualquer forma, uma subjetividade que está sempre se fazendo, se produzindo, como um foco de resistência, a partir “das dobras que subjetivam o saber e recurvam o poder” (idem, p. 113). Deleuze se pergunta, então, a que resistimos modernamente, em relação a que estratos do saber e estratégias do poder?

A luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetivação se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose. (idem, p. 113).

A partir dessas reflexões de Foucault e Deleuze que Antonio Negri vai pensar os processos de subjetivação. Segundo Negri, Foucault criou uma análise dos processos de subjetivação dentro da trama histórica; o que quer dizer que a produção de subjetividade é determinada pelas tecnologias do conhecimento e do saber que estão em jogo em cada época (NEGRI, 2003, p. 180). Para Negri, ainda, a teoria da produção de subjetividade estava enraizada no pensamento ético, e não moral; tratava-se não da adequação aos códigos, e sim da constituição de si enquanto resistência por parte do sujeito, “assim se pode falar em estratégias constituintes, em constituição genealógica do sujeito, em êxodo” (idem, p.181).

É importante saber que para Negri a resistência, a luta, é anterior ao poder. O poder é reativo à criatividade da potência. Por exemplo, a reestruturação do capital industrial em capital cognitivo se deu a partir de uma transformação da subjetividade da multidão – que lutando contra a repetitividade do trabalho fabril e as sujeições da disciplina, trouxe para o centro dos processos constitutivos da subjetividade a comunicação, a cooperação, a afetividade, a diferença, etc. De fato, para o autor, foi através desses novos processos de produção de subjetividade que o trabalho se estruturou em trabalho imaterial. Contemporaneamente produzimos nossas subjetividades através da cooperação criativa, expressa pelo trabalho imaterial; produzimos, criamos o mundo e a nós mesmos através das

relações entre as singularidades, entre as subjetividades, e produzimos também a multidão nesse movimento. E, ainda, sem o controle do capital sobre tais eventos.

A subjetividade como elemento de indeterminação absoluta, torna-se um elemento de potencialidade absoluta. Não é mais necessária a intervenção determinante do produtor capitalista. Este último torna-se sempre mais externo ao processo de produção de subjetividade. O processo de produção de subjetividade, isto é, o processo de produção *tout court*, se constitui “fora” da relação de capital, no cerne dos processos constitutivos da intelectualidade de massa, isto é, na subjetivação do trabalho. (LAZZARATO & NEGRI, 2001, 35).

Podemos dizer, assim, que esses processos constitutivos de subjetividade estão sempre produzindo novas lutas, estão sempre criando um novo mundo possível. É esse sujeito que constitui a multidão e é através desses processos que podemos construir a democracia absoluta que é a expressão da vontade da multidão.

MÍDIAS COLABORATIVAS

Agora podemos nos voltar para uma breve consideração sobre as mídias colaborativas, para depois relacionarmos-las com o que vimos até agora.

Apesar de serem constantemente apontadas como uma revolução dentro do universo da Internet, as mídias colaborativas mantêm uma linha de continuidade com ideais que norteiam a rede desde seus primórdios: a livre colaboração e troca de informações. O que torna esse fenômeno realmente inovador é que, a partir de softwares que começaram a surgir no final da década de 90, a participação e criação dos usuários da web se tornou mais e mais difundida, inclusive (e principalmente) para quem não tem conhecimentos técnicos em informática. Pois as mídias colaborativas se caracterizam pela cada vez maior participação dos usuários na criação de conteúdo e gestão da informação na internet. Como o Overmundo, exemplo brasileiro importante, no qual é a mesma comunidade que escreve, lê, publica seus trabalhos, edita, avalia, e, enfim, se envolve em quase todos os processos da existência do site. E qualquer um pode participar dessa comunidade. À proliferação desse tipo específico de mídia colaborativa pela internet, tem se dado o nome de Web 2.0. Outros exemplos importantes que compõem a Web 2.0 são o You Tube (que sobrevive a partir dos vídeos que seus usuários criam/disponibilizam), a Wikipédia, os próprios blogues, sites como Digg e Slashdot, entre outros.

Redes P2P

As mídias colaborativas podem ser alocadas dentro de uma nomenclatura mais abrangente, *as redes P2P*. P2P significa, em inglês, Peer to Peer, que em português seria algo como Pessoa a Pessoa. Segundo BAUWENS (on-line, p.2) as redes P2P ocorrem em redes distribuídas. As redes distribuídas são redes em que os agentes autônomos podem determinar livremente o seu comportamento e ligação sem o intermédio obrigatório de um centro. Para MALINI (tese), as redes P2P, ao ligarem diretamente duas pessoas, ou nós da rede, favorecem e retomam uma produção de conhecimento baseada na participação e no relacionamento, ou seja, na livre cooperação entre os usuários.

A popularização do Napster abriu a chancela da enclousure da lógica do servidor/cliente da Web fazendo explodir outras tecnologias p2p profundamente marcadas por fomentar a troca sem qualquer intermediário entre as pessoas, tornando essas redes um exemplo cabal do projeto político de democracia absoluta e não representativa das redes. Na raiz ontológica da constituição desse poder distribuído estava o desejo de produzir encontros e relacionamentos, mais do que trocar arquivos que violava o caráter privado da propriedade. Após o aluvião Napster, construído global pelos usuários da internet, o termo p2p passou a designar múltiplos processos e práticas sociais relacionadas com a livre possibilidade de construção autônoma de novos meios de expressão da cultura. (MALINI, tese, p. 186)

Assim, os processos P2P não residem só nos programas de troca de arquivos on-line; a designação se expande para uma série de novos processos em que a cooperação e a lógica distributiva (em que os centros, mesmo que existam, não são obrigatórios, as relações podem acontecer somente nas margens) são centrais, como os blogues, os wikis, os softwares livres e as mídias colaborativas. E o autor Michael Bauwens vai além, para ele os processos P2P são uma nova forma de produção se instaurando na sociedade, uma forma que se diferencia da produção com fins lucrativos e da produção pública efetuada por companhias detidas pelo estado. (BAUWENS, on-line). O autor cita outras características dos processos P2P.

Para BAUWENS as redes P2P se caracterizam por uma *equipotencialidade*, ou seja, qualquer pessoa pode participar das redes a priori, não existe uma seleção para definir quem fará parte delas. Só posteriormente, através da colaboração do usuário, que a sua competência pode ser auferida pela comunidade. Outra característica dos projetos P2P seria o *holoptismo*, que significa que as informações sobre o projeto e sobre os seus usuários são acessáveis por qualquer participante, não existindo uma elite detentora de saberes que não divide com toda a

comunidade. O autor fala também que as redes P2P não são caracterizadas pela ausência total de estrutura hierárquica, mas por *estruturas e hierarquias flexíveis*, baseadas nos méritos dos participantes da rede. Para BAUWENS as redes P2P e os seus usuários constroem, juntos e cooperativamente, um *commons*, ou seja, um espaço comum, em que o valor de uso “(...) é produzido mediante livre cooperação, sem coerção para com os produtores e os utilizadores obtêm livre acesso ao valor de uso resultante”. (idem, on-line). Ele fala de um commons informativo.

Assim, as redes P2P são redes distribuídas, baseadas na livre cooperação, em que qualquer pessoa pode participar, em que há uma horizontalidade no acesso às informações relativas à rede, em que a hierarquia é flexível e baseada nos méritos dos usuários e que produz um tecido comum de produção, um *commons*. Tais características abarcam diversos fenômenos que se sucederam na net nos últimos anos, num processo em que a produção de informação ficou cada vez mais distribuída e em que as figuras do produtor e do consumidor de informação se amalgamaram cada vez mais.

Overmundo

Usaremos, como exemplo, uma experiência brasileira, o website Overmundo³, que visa, através da livre colaboração da sua comunidade, descentrar a informação sobre a cultura brasileira, mostrando fenômenos e práticas culturais que usualmente não são abarcadas pela mídia tradicional de massa. Escolhemos esse site, além do fato dele ser brasileiro, por acreditarmos que se encaixa melhor no que procuramos entender nesse artigo. É claro que o universo das mídias colaborativas é bastante dispare, e ainda que possamos encontrar muitas características em comum entre os diversos meios que se abrigam sob essa alcunha, como vimos através das redes P2P, diferentes questões, problemas e também soluções atravessam as diferentes mídias.

Encontramos no Overmundo desde o início, desde a fundamentação do projeto, um ponto que é fundamental para as nossas reflexões: uma vontade de resistência. Publicar fenômenos que se consideram importantes e que são ignorados pela mídia irradiativa de massa, é fincar uma posição política positiva, de constatação de uma realidade que não se concorda, e através da utilização dos meios possibilitados pela internet, criação de uma

³ www.overmundo.com.br

alternativa. O que realmente importa para nós é a organização dessa alternativa, que encontrou na web 2.0 a sua forma e a nosso ver aumentou radicalmente o potencial democrático dessa experiência. Veremos agora, então, como o Overmundo se organiza atualmente.

Para se publicar um conteúdo nas principais seções do site⁴ primeiramente a colaboração passa uma fila de edição por 48 horas, quando a comunidade do Overmundo pode sugerir edições. Depois desse tempo, acatadas ou não as sugestões, a colaboração é publicada no site, e fica por outras 48 horas em evidência numa seção de publicações recentes. A partir do momento que a colaboração passa da fila de edição ela pode ser votada pelos outros usuários do overmundo – o voto de cada um valendo 1 (um) overponto. Quanto mais overpontos mais destaque a colaboração terá no site; os mais votados ficam na página inicial. No entanto, conforme o tempo passa, os overpontos decaem.⁵

Essa organização delega para a comunidade a gestão da maior parte dos processos do site: a possibilidade de indicar edições e de decidir a importância da colaboração dentro do universo do Overmundo, e portanto sua visibilidade e repercussão. Acreditamos, então, que a forma como o site se estrutura possibilita a experiência de um poder distribuído, e, portanto, mais democrático que aquele representativo que costumamos vivenciar na vida política institucional. Se pensarmos nos conceitos que caracterizam as redes P2P, através do trabalho colaborativo enxergamos a criação de um *commons* composto por relações mais horizontais.

CONCLUSÃO

As mídias colaborativas se colocam claramente dentro dos processos que Negri caracteriza como constituintes da subjetivação contemporânea: uma rede de trabalho colaborativo, comunicacional, também afetivo, que constrói um terreno comum mais democrático. É verdade que essas redes nem sempre se constituem fora do espectro do capital, mas no caso do Overmundo, por exemplo, podemos dizer que as relações não são mediadas pela figura do capitalista.

⁴ Overblog (voltado para artigos mais jornalísticos), Banco de cultura (voltado para os produtos culturais dos colaboradores, como poemas, contos, vídeos, músicas, etc.), Guia (com dicas de lugares interessantes) e Agenda (para divulgação de eventos).

⁵ Até pouco tempo atrás o processo era diferente: depois da fila de edição, a colaboração passava para uma fila de votação, e só ia para o site se tivesse um número certo de votos. Outra diferença é que o peso do voto dos participantes não era o mesmo, dependia da participação deste no site: quanto mais participação, maior era o peso do voto.

Como Negri, acreditamos que a dobra das linhas de poder e saber atualmente passa por essas relações cooperativas, pela criação desse comum (ou *commons*) constituído por uma série de diferenças irreduzíveis em relação umas com as outras. Acreditamos, particularmente, que a experiência de um poder mais distribuído, dessa forma de democracia mais radical que podemos encontrar, mesmo que com problemas, em sites como o Overmundo, é fundamental para descobrirmos como essa dobra pode acontecer hoje. Para entendermos que lutas os processos de subjetivação atuais produzem. E ainda para saber de que forma essas lutas se dão.

Referências bibliográficas

BAUWENS, Michel. **A economia política da produção entre pares**. Disponível, em: <<http://www.p2pfoundation.net/A_Economia_Pol%C3%ADtica_Da_Produ%C3%A7%C3%A3o_Entre_Pares%22>>. Acesso em 24 de maio de 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1992

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985a.

_____. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985b.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

MALINI, Fábio. **O Comunismo da atenção: liberdade, colaboração e subsunção na era do capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro, 2007, 315 p. Tese (Doutorado). PPGCOM (UFRJ/ECO).

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.